

Acórdão nº 9.205/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 16.798.2012-00-TCE (Apenso Processo nº 14.795.2011-90 C/ 02 Anexos)

ASSUNTO: Recurso de Reconsideração da decisão externada no Acórdão nº 7.858/12 e Parecer Prévio nº 454/12 – Prestação de Contas da Prefeitura de Porto Walter, exercício de 2010

RECORRENTE: Senhor **Neuzari Correia Pinheiro**

RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Recurso de Reconsideração. Prestação de Contas. Prefeitura. Provimento Parcial. Rerratificação do Acórdão recorrido. Regularidade com ressalva. Correção de falhas nas próximas edições da matéria, sob pena de responsabilidade em caso de desobediência. Manutenção de item que não foi objeto de questionamento no recurso. Aplicação de multas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) dar provimento parcial** ao Recurso de Reconsideração por ser próprio e tempestivo para **rerratificar a decisão constante do Acórdão nº 7.858/2012: a)** considerando **regulares com ressalva** os atos de gestão analisados, valendo como ressalva a determinação para que a origem corrija, nas próximas edições da matéria, sob pena de responsabilidade, em caso de desobediência, as irregularidades no item 1, alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do Acórdão guerreado; **e b)** mantendo-se *in totum*, por seus próprios fundamentos, a determinação constante do item 5 da decisão recorrida, que não foi objeto de questionamento no presente recurso; **2) condenar** o Senhor **Neuzari Correia Pinheiro**, ao pagamento da **multa** prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em razão do envio intempestivo a este Tribunal do Relatório Resumido de Execução Orçamentária da Prefeitura Municipal de Porto Walter, relativo ao 6º bimestre de 2010, objeto do **Processo-TCE nº 14.822.2011-30; 3) condenando** o Senhor **Neuzari Correia Pinheiro** ao pagamento da **multa** prevista no art. 5º, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, no valor correspondente a **10%** (dez por cento) dos seus vencimentos anuais, em razão do envio intempestivo a este Tribunal do Relatório Gestão Fiscal da Prefeitura Municipal de Porto Walter, relativo ao 2º semestre de 2010, objeto do **Processo-TCE/AC nº 14.821.2011-20**, ora em apenso; **4) encaminhar** cópia dos autos à Augusta **Câmara Municipal de Porto Walter** para julgamento das Contas de Governo, aqui trazidas também como contas de gestão, conforme art. 23, § 1º, da CE/89 e art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88; **e 5) seguidamente, averbar esta decisão** no verso do Parecer Prévio nº

(Acórdão nº 9.205/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

454/2012 e do Acórdão nº 7.858/2012, guerreados, desapensando do processo principal os demais, para fins de arquivamento. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 11 de junho de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC